

TÍTULO DO TRABALHO			
ENTRE A ASSISTÊNCIA SOCIAL E A CONTENÇÃO TERRITORIAL: REFLEXÕES SOBRE AS POLÍTICAS DA FUNDAÇÃO LEÃO XIII NAS FAVELAS CARIOCAS (1947-1962)			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
Igor Martins Medeiros Robaina	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	Professor Substituto
RESUMO (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>O processo de urbanização no Brasil é resultado de um modelo de organização desigual, excludente e apoiados nos interesses do capital. Diante de políticas habitacionais pouco eficazes, a favelização se apresentou como alternativa e, a partir do último quarto do século XIX passaram a fazer parte das paisagens cariocas e entendidas como um problema social. Diante desta configuração, ao final da primeira metade do século XX, o Brasil passou por profundas transformações políticas que reorganizaram as dinâmicas em algumas favelas na cidade do Rio de Janeiro, se tornando lugares de ativismos políticos e “associações perigosas” junto aos interesses dominantes. Em meio as diferentes intencionalidades, funda-se a Fundação Leão XIII, instituição religiosa, indissociavelmente articulada ao Estado e teoricamente com o objetivo assistencialista junto às favelas cariocas. Todavia, entre a teoria, as práticas e a assistência social, emergem uma série de dispositivos e controles sócio-espaciais.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ 3)			
Favela, Contenção Territorial e Assistência Social			
ABSTRACT (ATÉ 150 PALAVRAS)			
<p>Brazilian's urbanization process is a result of an unequal and excluding organization model, based the interests of capital. In face of low effective housing policies, the growth of the favelas has become an alternative, and in the last quarter of nineteenth century, it turned out to be part of Rio's landscape, and understood as a social problem. On this setting, at the end of the first half of the twentieth century, Brazil underwent profound politics transformations that reorganized the dynamics in some Rio de Janeiro favelas, becoming places of a political activism and “dangerous associations” against the dominant interests. Among the different intentions, Fundação Leão XIII is founded, a religious institution, inextricably hinged to the State and with a theoretically welfare objective with the “carioca's favelas”. Nevertheless, between the theory, the practices and the social assistance, a series of apparatus and socio- spatial controls emerges.</p>			
KEYWORDS (ATÉ 3)			
“Favela Growth”, Territorial restraint and Social assistance.			
EIXO TEMÁTICO			
3. Poder, Estado e luta de classes			

Construídas contra todos os preceitos de Hygiene, sem canalização d'água, sem exgoto, sem serviço de limpeza pública, sem ordem, com material heteróclito, as favelas constituem um perigo permanente de incêndio e infecções epidêmicas para todos os bairros através dos quaes se infiltram. A sua lepra suja a vizinhança das praias e os bairros mais graciosamente dotados pela natureza, despe os morros do seu enfeite verdejante e corrói até as margens da mata da encosta das serras... (a sua destruição é importante) não é só sob o ponto de vista da ordem social e da segurança, como sob o ponto de vista da hygiene geral da cidade, sem falar da esthética (PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL, 1930, p.189-190.).

Introdução

Refletir sobre os processos de formação histórica e geográfica das favelas cariocas se configura como um movimento complexo e repleto de acumulações contraditórias, precariedades e vulnerabilidades junto a este segmento populacional no espaço geográfico. Esses espaços resultantes das desigualdades e mazelas sofridas por diferentes populações historicamente marginalizadas, em relação aos acessos e direitos à cidade, principalmente, diante da ideia do urbano como um lugar repleto de igualdades e liberdades dos próprios cidadãos, se contrastam com os interesses, intencionalidades e violências do capital e dos grupos hegemônicos. Assim, como resultado deste processo, ocorre o desencadeamento da produção de uma realidade conflituosa em uma das mais importantes metrópoles Brasileira.

Entretanto, as reflexões sobre a gênese dos espaços de favelas no último quarto do século dezenove, com base nas análises de estudiosos sobre o tema (ABREU, 1987; PARISSE,1969; VALLADARES, 2000) possuem um conjunto complexo de elementos que já foram analisados por diferentes perspectivas, referenciais teóricos e abordagens metodológicas, no sentido de melhor compreender as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais.

Nesse sentido, mesmo diante do grande volume de reflexões já realizadas sobre este tema, ainda se faz necessário realizar novas investigações, seja devido a sua permanente dinâmica destes espaços, mas também, das grandes lacunas existentes e das riquezas presentes nas fontes existentes. Assim, propicia-se uma série de continuidades analíticas sobre este espaço específico, principalmente, na tarefa de *“olhar para trás, para o passado das favelas, e recuperar algumas de suas características e suas relações com a cidade”* (SILVA, 2005, p.10).

De tal modo, analisar os espaços decorrentes de favelização na cidade do Rio de Janeiro, como um espaço já constituído e, ao mesmo tempo, produto e reflexo de múltiplas contradições e acréscimos imbricados na cidade pela ação de diferentes grupos socioeconômicos são resultados diretos destes processos.

Como possíveis explicações gerais e estruturais deste processos, pode ser apontado as históricas materializações das concentrações fundiárias, de renda e um longo período escravista que reforçou as desigualdades no quadro social brasileiro. Outras questões se apresentam também, a partir da escala local. As inúmeras reformas e intervenções urbanísticas fortaleceram ainda mais a segregação; ou seja, todo um conjunto de ações – ou melhor, de inações – de políticas públicas sociais transformadoras e redistributivas, que não somente foram responsáveis pelo surgimento das favelas na cidade do Rio de Janeiro, mas também por vários outros quadros de problemas sociais no Brasil. Estas intencionalidade resultante da produção do espaço são oriundas das necessidades materiais, imateriais, econômicas, sociais, culturais, morais, afetivas e que levam os homens a agirem sobre o espaço e produzi-lo num determinado momento e contexto que se fez extremamente imprescindível e irremediável.

No caso do presente trabalho, as relações entre o processo de formação das favelas, as políticas sociais e os diferentes grupos nos processos de organização interna das cidades ganham foco por meio de uma instituição assistencial, a Fundação Leão XIII. Esta instituição foi criada na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de Janeiro de 1947. Sua história e, principalmente, sua atuação sistemática no cenário sócio-político-espacial carioca diferenciaram-na, talvez, de todas as outras instituições de assistência social brasileira do século XX por ter sido a principal instituição assistencial no tocante às intervenções para a melhoria nas favelas na cidade do Rio de Janeiro e no Brasil.

A atuação assistencial e territorial ocorreu com maior intensidade entre no período de 1947 e 1962 em 33 favelas na cidade do Rio de Janeiro. Este processo se configurou como marcante, devido a sua relação ambígua de suas ações, que ao mesmo tempo garantira algumas necessidades sociais jamais proporcionadas anteriormente pelo Estado nesses espaços, como as questões de educação, alimentação, saúde, lazer, apoio jurídico e urbanidades e ações de contenção territorial.

Com base nestas contradições político-ideológico, se fizeram presente, não somente a Igreja Católica, mas também o Estado e o Partido Comunista do Brasil que juntos produziram uma verdadeira ebulição política junto às populações no interior das favelas, gerando articulações, mobilizações e conflitos. Demonstrando assim, a importância destes espaços e suas relações na cidade, tendo o poder como elemento central de interesses.

As adversidades e mobilizações cotidianas nos espaços das favelas

A produção espacial das favelas foi marcada indissociavelmente as inúmeras problemáticas e tensões vivenciadas pelos seus moradores. A forma material e simbólica da paisagem e, conseqüentemente, a precariedade sócio-espacial cotidiana, desencadeou frente a determinados segmentos populacionais (não moradores das favelas) uma forte aversão a esta nova realidade sócio-espacial e todo um conjunto de mecanismos discursivos que possuía como objetivo, ressignificações práticas no campo político.

Assim, os espaços das favelas foram extremamente bombardeados material e simbolicamente, seja pela invisibilização dos problemas existentes, inclusive pelo próprio Estado, seja pela estigmatização especial nos discursos dos representantes políticos, dos grupos hegemônicos e/ou dos próprios meios de comunicação, que reforçavam as diferentes formas de violência sobre as favelas e seus habitantes. Acerca deste conjunto de visões estigmatizadoras, elucida Perlman (2002):

A favela é uma aglomeração de vagabundos desempregados, mulheres e crianças abandonadas, ladrões, bêbados e prostitutas. Esses “elementos marginais” vivem em condições “subumanas”, sem água encanada, esgoto, coleta de lixo, e outros serviços urbanos básicos, num ambiente sujo e insalubre. As favelas, feias como são, prejudicam o pitoresco panorama da cidade. Econômica e socialmente, constituem um dreno, um parasita, exigindo altos gastos em serviços públicos e dando pouca retribuição. Os favelados mantêm-se à-parte, não contribuem nem com aptidões nem ao menos com poder aquisitivo para o bem geral, e são uma ameaça pública. Ademais, as terras que ocupam são em geral muito valiosas, portanto, as favelas impedem que se lhes dê uso mais lucrativo, além de desvalorizarem as propriedades vizinhas.(PERLMAN, 2002, p.42)

Entretanto, frente as tantas adversidades existentes, sejam físicas, materiais e objetivas, mas também na perspectiva psico-sociológica, os habitantes destes lugares buscaram de modo autônomo, solucionar alguns destes problemas pontuais, principalmente, devido a descrença em relação ao Estado como protetor e mantenedor das condições básicas e garantias sociais na cidade.

De fato, o cenário político no interior das favelas passará por várias transformações, principalmente com o fim da ditadura Vargasista, no ano de 1945, quando retornará a ordem democrática ao país, posteriormente ao período ditatorial estabelecido pelo regime autoritário varguista entre os anos de 1930 e 1945.

Diante deste novo cenário político-social resurge também, o Partido Comunista do Brasil¹, que iniciou um movimento de transformação interna em direção de um partido de massas, aproximando-se assim, de questões políticas relacionadas também com as escalas locais. Como resultado deste processo de transformações surgem os Comitês Democráticos Populares², como espaços de autonomia popular, e que funcionaram no sentido de mobilização das práticas e das lutas pelos direitos e as garantias sociais, além de ser um espaço de conscientização política. Sobre este respeito:

Os Comitês Democráticos Populares, que já se vão organizando por todo o país, serão como que as células iniciais do grande organismo democrático capaz de unir o nosso povo e de guiá-lo no caminho da democracia e do progresso. Os Comitês Populares falarão a voz do povo dirão de sua vontade, suas reivindicações imediatas e permitirão que se revelem os verdadeiros líderes populares, homens e mulheres, jovens e velhos, que falem a linguagem do povo e sejam de fato os melhores na defesa dos seus interesses e na luta pelos direitos do próprio povo. E por isso, nesses organismos será relativamente fácil o desmascaramento dos agentes do fascismo, dos demagogos e desordeiros inimigos da união e da democracia. (PRESTES, L.C. s/d. Discurso proferido no dia 15 de Julho de 1945, p.113-114)

Suas propostas apresentavam características bastante vanguardistas e revolucionárias para o período, pois buscavam garantir a presença e a integração da população no campo político, diferenciando-se das históricas e conservadoras manobras de reprodução passiva das massas, onde os indivíduos nada mais eram que meros expectadores.

Deste modo, vários foram os Comitês Democráticos Populares que surgiram pela cidade, especialmente nos espaços que apresentavam maiores precariedades, principalmente, devido a esperança dos próprios habitantes tentarem resolver as suas problemáticas e promoverem as melhorias das suas condições de vida. Assim, os espaços das favelas também conquistariam progressivamente um corpo expressivo de autonomia política ao promover processualmente auto-intervenções sócio-espaciais, seja através dos Comitês Democráticos Populares ou de outras formas de organização e ativismos populares que surgiam na cidade. Estas questões puderam ser claramente detectados sobre os múltiplos aspectos da realidade social nas reportagens do periódico,

¹ O Partido Comunista do Brasil foi criado no dia 25 de Março de 1922. Sua história foi marcada por permanentes movimentos cíclicos de legalidade-ilegalidade e principalmente pela resistência de continuar ativo junto as causas sociais.

² Os Comitês Democráticos Populares organizavam-se praticamente em duas vertentes: A primeira estava no campo das lutas trabalhistas, sobretudo nas bases espaciais das fábricas, sindicatos e outros setores laborais. A segunda mantinha uma relação espacial com o lugar, ou seja, na dimensão dos bairros, sendo eles principalmente localizados em espaços que apresentavam precarizações infra-estruturais do urbano, como as favelas ou áreas localizadas nos subúrbios.

A Tribuna Popular. Acerca dos problemas cotidianos relacionados a falta de água e dos próprios aspectos habitacionais:

A falta de água é um dos principais problemas aqui no parque. Raro é o dia em que a “bica” atende o nosso apelo.(...) As mulheres ficam em posição de sentido com a lata d’água na cabeça. A falta d’água aqui é tão grande que nós somos obrigados a lavar a nossa roupa dentro de um pequeno rio, cujas águas recebem a sujeira dos canos de descarga.(...) (TRIBUNA POPULAR, 27-09-1946, p.4)

“Não habitamos casas: superlotamos barracões de madeira e lata, que, em geral, nós mesmos construímos com os materiais que podemos arranjar: Caixas, tábuas, pregos, telhas, zinco e barro, raramente tijolos. Nos barracões não há espaços, nem água, nem luz, nem esgotos e portanto, podemos dizer sem exagero, não ha higiene, nem saúde, nem ar!.(...) (TRIBUNA POPULAR, 10-08-1946, p.4)

Entretanto, muitas foram às tribulações para a transformação das problemáticas enfrentadas, visto principalmente a falta de recursos materiais para o desenvolvimento das ações. Esta realidade pode ser constatada a partir da sede do Comitê Democrático Popular do Morro do São Carlos, mas que também poderiam ser aplicados a outros espaços populares.

A sede do Comitê Democrático do Morro do S. Carlo, situada à [...] Rebelo, nº451, está instalada num barracão feito de tabuas, semelhante a milhares de outros barracões residências existentes naquele morro. Um grupo dos moradores mais queridos, de S. Carlos, resolveu fundar comitê para lutar pelo melhoramento do morro em que nasceram eles e continuam nascendo seus filhos. Teodoro José Luiz, Nilo dos Santos, Arnaldo Carvalho, Nequinha, Osvaldo Manoel da Luz, João Rabelo e outros foram os pioneiros. Eles sabiam e sentiam as necessidades do lugar. Todos se queixavam da falta d’água; era urgente o calçamento das ruas principais e a cobertura dos esgotos; era imperioso estalar um posto médico na redondeza; era indispensável abrir uma escola para alfabetizar adultos e crianças. (TRIBUNA POPULAR,07-07-1946, p.4)

Deste modo, estas mobilizações se configuraram como espaços políticos funcionais, pois serviram de rede de proteção frente à própria condição de pobreza. Este processo acabou de certo modo protegendo e auxiliando suas populações, convergindo-se como um componente aglutinador contra a marginalidade e em alguma medida, minimizando as vulnerabilidades sócio-espaciais desta população.

Portanto, as populações das favelas que inicialmente estavam interessadas através das mobilizações e com o intuito de garantir melhorias infra-estruturais no plano das habitações, água

encanada, pavimentação, sistemas de esgoto, entre outros benefícios do componente urbanístico, passaram a galgar também melhorias sobre outros aspectos políticos, como a educação.

Inserido neste contexto, a constituição “democrática” de 1946, em relação aos direitos políticos, estabelecia que o direito ao voto estaria associado diretamente à condição de alfabetizado. Desta forma, uma forte campanha de alfabetização passou a fazer parte da realidade nas favelas cariocas, especialmente, dos interesses do Partido Comunista do Brasil que passava a enxergar nas populações pobres e marginalizadas como potenciais eleitores, como na reportagem a seguir:

“O Comitê Democrático Progressista Sampaio-Jacaré (...) está desenvolvendo uma intensa propaganda de suas finalidades entre os moradores de Sampaio e Jacaré, quer através de folheto, quer através do trabalho construtivo de seus debates nas reuniões que realiza semanalmente. (...) Juntamente com seu curso de alfabetização, o Comitê Democrático Progressista Sampaio-Jacaré, levará também a efeito a realização de palestras educativas e culturais, esclarecendo a seus filiados e aos moradores em geral dos dois subúrbios como se vota; o que é o voto; a necessidade da politização para apressar a marcha democrática dos nossos destinos, etc.”.(TRIBUNA POPULAR,29-07-1945, p.4.)

Estes processos de organização cada vez maior entre os moradores das favelas, através dos Comitês Democráticos Populares, o Partido Comunista do Brasil ou outros espaços políticos, se intensificaram ações e fortalecimentos nos âmbitos políticos e sociais,conforme segue as narrativas a seguir:

Temos aqui três bicas. Existia uma única, mas nós fizemos arrecadação e conseguimos obter um dinheiro para botar mais duas. Mas isso não é nada. O que precisamos é de casa. Estamos como bichos. O Sr. pode ver, famílias cheias de filhos vivendo num quarto. Ouvi dizer que o Partido Comunista tem um plano para isso. Eu só acredito nesse partido, se os candidatos forem eleitos, temos a certeza de que nesses terrenos abandonados a prefeitura construirá casas para o povo. (TRIBUNA POPULAR, 17-11-1946, p.4)

O morro de torres homem está com muitas esperanças nesta eleição do dia 19. Sabemos que o resultado dela depende o nosso destino e igualmente do morro dos macacos, aqui do lado. lá mora Pedro de Carvalho Braga, que muita influência tem nesta zona. É admirado pelo modo com que fala dos nossos problemas. Apresentando soluções práticas para os mesmos. posso afirmar que terá a maioria dos votos daqui. Atualmente o nosso melhor desejo é que a chapa popular triunfe no dia 19 para o bem do povo carioca e particularmente dos dois morros. (TRIBUNA POPULAR, 11-01-1947, p.4)

Estes processos de aproximação entre o Partido Comunista do Brasil e as populações de favelas começaram a se expandir. Alguns exemplos puderam ser vistos cotidianamente no periódico *a Tribuna Popular*, como por exemplo: “*Nas eleições de janeiro estão as esperanças do povo da mangueira*”³; “*capinzal de maracanã*” confia nos candidatos populares”⁴, “O povo do morro das acácias aguarda confiante as eleições”⁵, “Mangueira espera a vitória do partido de Prestes”⁶.

As favelas passavam a representar um novo risco, pois se antes se constituíam somente como espaços da marginalidade, passaram a se transformar em um "perigo", devido as articulações com os movimentos radicais de esquerda. Assim, pela lógica dos grupos hegemônicos era necessário intervir, e talvez este temor relacionado a um processo em andamento seja sintetizado pelo slogan “*É necessário subir o morro antes que deles desçam os comunistas*”⁷. Este temor, pode ser constatado, por meio de uma carta confidencial enviada do Palácio do Catete ao então Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jaime de Barros Câmara:

Tenho pensado muito em vossa eminência nestes últimos dias. Não desejei, porém interromper para uma palestra o tempo de vossa eminência, devotado a tão alto ministério. O assunto, porém, é de relevância. No domingo, realizam-se as primeiras eleições municipais, no estado do Rio de Janeiro. Não estou interessado em política partidária, nem escreveria a vossa eminência, mesmo que o estivesse. Trata-se, porém, de fato que transcende do pleno partidário para se projetar no plano social. Os comunistas estão organizando o que chamam ‘O Cinturão Vermelho’ em torno do Distrito Federal. Querem tomar conta das prefeituras de Petrópolis, Duque de Caxias, Nilópolis, São Gonçalo, etc...etc. É candidato na primeira delas Dr Yedo Fiúza. Os Partidos estão entrando em acordo com os comunistas. Parece-me que não é lícito a um católico votar em candidatos bafejados pelos comunistas. Há necessidade de uma palavra de advertência. E só quem tenha autoridade, pode dá-la (...) O senhor presidente da república reconhece a minha iniciativa. As primeiras eleições – repito – são no domingo, em Petrópolis. Há candidatos comunistas, aliados dos comunistas e candidatos sem ligações com eles. Parece lícita uma boa escolha por partidos católicos. Urge pois, uma orientação que estará nas mãos da Igreja. Creia vossa eminência na minha admiração e na minha confiança de Brasileiro. José Pereira Lima. (Documento Confidencial – Palácio do Catete. 26-10-1947).

³ TRIBUNA POPULAR. 16-11-1946, p.4.

⁴ *Ibidem*, p.4, 17/11/1946.

⁵ *Ibidem*, p.4, 10-12-1946.

⁶ *Ibidem*, p.4, 12-01-1947.

⁷ SAGMACS (Sociedade de Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais) Aspectos humanos da favela carioca. Suplemento especial do *Estado de São Paulo*, Parte I. p.38.

O resultado das eleições municipais de 1947 garantiu ao Partido Comunista do Brasil no Distrito Federal, 18 vereadores eleitos, ainda que seriam impugnados em seus exercícios. Este resultado acelerou o processo de retorno a ilegalidade do Partido Comunista por movimentos autoritários, e foi assim que fez, o então Presidente da República e general do Exército Brasileiro, Eurico Gaspar Dutra, perante o risco político na escala nacional, assim como diante de uma nova configuração geopolítica mundial, a Guerra Fria. Do mesmo modo, junto a configuração interna territorial, sobretudo, na cidade do Rio de Janeiro, instituiu-se através de uma articulação entre a Igreja Católica, na figura de Dom Jaime de Barros Câmara, e o Estado, na figura do prefeito do Distrito Federal, Hildebrando Góis, a Fundação Leão XIII.

Teoricamente, esta instituição teria como “ofício” intervir nos espaços das favelas para garantir as melhorias nas condições materiais e objetivas das populações existentes em situação de precarização de vida nas favelas. Sua criação foi fundamentada a partir de uma resposta direta ao processo de precarizações existente no interior destes espaços, assim, como um processo de recuperação do poder espacial do Estado, através de sua intervenção político-social. Conforme segue a reportagem do Periódico matutino *O Globo*:

Instituída a Fundação Leão XIII

O chefe do governo assinou decreto criando essa organização de amparo às populações dos morros e das favelas. O presidente da república assinou um decreto instituindo uma fundação de assistência social denominada LEÃO XIII. Nos “considerando” o decreto frisa o dever indeclinável do governo em acudir as populações localizadas nos morros e nas favelas “cujas dificuldades topográficas” as privam dos serviços assistenciais de que gozam outras zonas da capital federal. (...) (O Globo, 23-01-1947, p.6.)

Assim, um conjunto de ações e práticas foram desenvolvidas no interior das favelas cariocas, assim como, profundas transformações ocorrerão mediante estas práticas, nas quais a Igreja Católica, sobretudo, será a grande protagonista e as relações entre assistência e território serão as bases deste processo.

As ações da Fundação Leão XIII: da assistência social aos processos de Contenção Territorial

As ações da Igreja Católica por intermédio da Fundação Leão XIII resultou em um conjunto de ações no interior das favelas cariocas a partir dos Centros de Ações Sociais⁸. Estes Centros se

⁸ Ao todo foram criados 6 Centros de Ações Sociais e 2 Agências Sociais Provisórias, nas quais se localizavam nas seguintes favelas: Centro de Ação Social 1 - Barreira do Vasco - “Cardeal Jaime Câmara”; Centro de Ação Social 2 - Morro de São Carlos - “Presidente Eurico Gaspar Dutra”; Centro de Ação Social 3 - Morro do Jacarezinho - “Carmela Dutra”; Centro de Ação Social 4 - Morro dos Telégrafos - “Oswaldo Cruz”; Centro de Ação Social 5 - Morro do

materializaram como os principais espaços de planejamento, organização, administração e principalmente, na realização das atividades políticas e sociais no interior das favelas cariocas.

A implantação destes centros apresentaram inúmeras dificuldades, pois devido as declividades topográficas na maioria das favelas necessitavam de obras infraestruturais, como construções de muros de arrimo, sistemas de bombas hidráulicas e encanamentos de água para o deslocamento até o alto dos morros. Por sua vez, sua constituição física era basicamente feita em madeira. Esta última justificativa para que os Centros fossem pré-moldados em madeira e não em alvenaria se constituía como uma estratégia da própria Fundação em poder esquivar-se das inúmeras críticas relacionadas a um possível papel de fixador das favelas no Rio de Janeiro.

Por outro lado, a questão da saúde, ou melhor, a falta dela no interior das favelas cariocas se constituiu concomitante com o próprio processo histórico carioca. Questões como a falta de saneamento básico (água tratada e encanada, sistemas de esgoto, pavimentação e coleta de lixo), a dificuldade do acesso e a ausência de unidades de saúde médico-hospitalares, assim como questões da desnutrição infantil não eram desconhecidas pelos governantes e por isto foram os pontos fundamentais das respostas e das ações da Fundação Leão XIII através dos seus Centros de Ações Sociais. Nesses Centros foram implantados inúmeros serviços na esfera da saúde, com a presença de profissionais especializados, como médicos, farmacêuticos, dentistas e dietistas, que se encontravam presentes e que promoviam o atendimento das populações nos morros e favelas assistidas pela Fundação.

Nas favelas onde trabalha a Fundação Leão XIII, há no Centro Social, um serviço médico cuja extensão varia com o tamanho da favela. No Cantagalo, o Centro tem dois médicos, embora não muito assíduos, uma enfermeira, de tempo integral, e 5 visitadoras. Os médicos encaminham ao posto clínico geral e aos serviços médicos já articulados com a Fundação. O centro tem telefone e o serviço é equipado com uma padiola. Para os casos urgentes, chamam o pronto socorro do “Miguel Couto”. No São Carlos, para uma população de 28.000 favelados, só há o centro da Fundação e, em caso de urgência o pronto socorro do Hospital Souza Aguiar. Na Rocinha, o serviço médico tem lactário e farmácia; possui dois clínicos, um pediatra, dois dentistas, duas enfermeiras, uma dietista, dois auxiliares de dentista e um responsável pela farmácia. Esse serviço médico atende a mais ou menos 15.000 pessoas, correspondendo às 3.000 famílias matriculadas no Centro. (Relatório SAGMACS, 1960, p.25)

Um dos pontos chave da atuação Fundação Leão XIII em relação às ações sociais de saúde era a preocupação com a faixa etária infantil. Esta questão se dava, sobretudo, por conta de que as crianças configuravam-se previamente como o grupo mais vulnerável e indefeso a todas as intempéries existentes no interior das favelas e de suas condições precárias, assim como por conta de uma sensibilização social, disseminada no seio da sociedade e pela própria ideologia cristã.

Cada Centro de Ação Social possuía ambulatórios que promoviam consultas, exames, pequenas cirurgias e atestados médicos para os adultos das favelas. Além dos atendimentos em escala local, nos casos que estivessem para além das condições infra-estruturais dos próprios Centros, ocorriam encaminhamentos para internações e cirurgias nos hospitais da rede pública de saúde, previamente estabelecidas por um acordo institucional.

Por último e não menos importante, o serviço de saúde da Fundação Leão XIII disponibilizava assistência médico-dentária, o que, para o período, constituía-se como um avanço, visto que graves eram os problemas de saúde bucal, inclusive no tocante ao próprio relatório em relação a inúmeros casos de abscessos dentários. Deste modo, a Fundação promovia extrações, obturações, além de programas de higiene dentária.

Assim, as ações médicas no interior das favelas configuraram-se de maneira significativa, tanto do ponto de vista qualitativo como do ponto de vista quantitativo, visto que, segundo os dados estatísticos da Fundação Leão XIII, no período compreendido entre 1947 e 1954, por exemplo, foram atendidos 1.486.018 pessoas nos serviços médicos e distribuídas 4.782.924 de mamadeiras nos lactários. Deste modo, podemos afirmar que ações da Fundação promoveram significativamente uma melhoria nas condições de vida nos aspectos de saúde das populações moradoras dos morros e favelas assistidas.

O aspecto educacional também participou diretamente dos aspectos vinculados a ideia de controle sócio-espacial. A Fundação Leão XIII compreendia que a educação consistia em algo além da mera formalidade escolar, ou seja, uma compreensão complexa e articulada, direcionando amplamente para questões de uma educação calcada na moral e dos bons costumes, indissociada imprescindivelmente da educação religiosa.

Assim, por meio de unidades escolares nos Centros de Ações sociais buscou garantir todos os meios de condições e acesso ao direito à educação formal nas favelas, além de tentar estabelecer uma certa qualidade ou ao menos uma relação de equiparidade educacional para com as populações das favelas, pois o projeto educacional desenvolvido nos seus centros seguia de maneira prescritiva o modelo desenvolvido pela Prefeitura do Distrito Federal, com o qual a Fundação se orgulhava em

colaborar. Outro ponto importante para o modelo desenvolvido pela Fundação estava na questão da alimentação, na figura da merenda escolar.

Os alunos se aglomeram em torno da professora que segura o bujão. A distribuição é farta. os recipientes variam de tamanho: copos pequeninos, xícaras maiores, medidas de meio litro e até litro. Encontram-se por perto algumas mães, ficam paradas, sem dizer nada, assistido à cena e algumas esperando pela sobra dos bujões. A professora usa uma canequinha de alumínio que serve de medida para poder fazer uma distribuição mais justa. Para cada criança um copo normal, que equivale a 250 grs. Se querem mais, repetem. quando sobra leite, este é distribuído entre as mães que ficam em torno olhando o bujão. (Relatório SAGMACS, 1960, p.29)

A Fundação Leão XIII também promovia quadros de formações profissionais, denominada de ensino artesanal. Estas aulas funcionavam dentro dos próprios Centros e possuíam oficinas de tecelagem, calçado, madeira, cerâmica, estofamento, encadernação e de outras atividades leves, adequadas à idade escolar, sobretudo, para um encaminhamento da qualificação e o aprendizado para uma inserção estável no mercado de trabalho. Neste sentido, o relatório SAGMACS fez uma extensa observação a respeito dessas atividades no desenvolvimento dos trabalhos da Fundação Leão XIII:

Um dos problemas mais graves da favela é o encaminhamento dos menores na vida pelo aprendizado de uma profissão. A fundação Leão XIII mantém, em algumas favelas, escolas artesanais que visam a suprir essa deficiência. Tratando-se de importante experiência pedagógica, pareceu-nos interessante conhecer, pelo menos através de uma unidade, a maneira como está sendo feita. Na Barreira do Vasco, o Centro Social da Fundação mantém uma escola artesanal deste tipo para meninos e meninas.(...) A escola atende a duas turmas: a da manhã, que funciona das oito às doze horas com um intervalo de meia hora, às dez, e a da tarde, que funciona das 13 às 17 horas, com um intervalo às 15.(...) O tempo médio de permanência na escola é de um a dois anos. (...) (Relatório SAGMACS, 1960, p.30)

Outra prática recorrente era a educação física recreativa, com o objetivo de “distrair educando”⁹. Para isto, a Fundação organizava inúmeros eventos esportivos nos próprios centros, além de ser anualmente organizadas as Olimpíadas da Fundação Leão XIII, em que todas as favelas assistidas pela instituição disputavam entre si uma taça com o nome da instituição. De algum modo, estas estratégias estavam vinculadas a novas formas de organização e mobilização desta população

⁹ *Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954*, p.67; p.33. Segundo a Fundação Leão XIII, estas práticas ajudavam no espírito da disciplina, respeito e lealdade nas populações das favelas, ou seja, questões de bons costumes.

junto a outras frentes, buscando diminuir, principalmente, as perspectivas de organização político-partidário:

A Olimpíada Esportiva é uma festa eminentemente popular que congrega, numa convivência sadia, dirigentes e assistidos da Fundação Leão XIII. A esta festa, que geralmente se tem realizado em campo esportivo cedido amigavelmente (já utilizamos o campo do Fluminense, do Vasco da Gama, o do Corpo de Obuses e o da Light) têm comparecido todos os Centros Sociais e Agências, com Flâmulas, estandartes, bandeiras, numa demonstração pública do alto nível cívico e educacional já atingido pelos moradores de favelas assistidas pela Fundação Leão XIII. Todo o conjunto desfila, garbosamente, ao som de uma marcha, sob os aplausos calorosos dos que assistem, inclusive o Sr. Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro. (Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.49).

Todavia, os aspectos referentes ao processo de urbanização se configurou como ponto chave das ações da Fundação Leão XIII, seja em relação as melhorias, mas principalmente, junto às políticas de contenção territorial. O processo de urbanização se constituía como um elemento fundamental em direção ao interior das favelas, visto que esta orientação era parte integrante da política de inserção aos acessos e na transformação das favelas em espaços mais humanos, e para isto, fazia-se necessário promover condições mínimas de sobrevivência para com as populações, colocando-as em condições infraestruturais como as existentes em outras áreas da cidade.

Os desdobramentos políticos no plano urbanístico da Fundação Leão XIII balizou-se por meio de duas propostas para a resolução dos processos de favelização. A primeira delas e que, conseqüentemente, se tornou hegemônica, consistia num plano de desenvolvimento urbano local que promoveria melhorias graduais na morfologia destes espaços. A segunda vertente desdobrava-se na possibilidade da promoção de projetos para além dos espaços das favelas, como a construção de conjuntos residenciais, articulados com órgãos governamentais, como a Fundação Casa Popular e até mesmo por iniciativa de classes, como os Institutos de Assistências e Pensões.

Assim, estas condições de defesa aos espaços das favelas eram somente contrariadas quando existia em andamento um processo de complementação da política da ação social católica ou quando o peso das pressões dos capitais imobiliários, especulativos e da intervenção do Estado e/ou dos grupos hegemônicos se fazia presente e irreversível:

Não adiantam certas soluções simplistas, daqueles que julgam que só se podem acabar com as favelas do Rio de Janeiro, enviando-se todos os favelados para o campo, nem muito menos podem ser levados em consideração as opiniões dos que se referem às famílias que a desgraça levou para a vida miserável dos barracos dos

nossos morros, subestimando o seu valor humano e sua condição cristã de irmãos nossos que devemos amar, de saúde, educação, casos sociais, problemas de família (registro dos filhos, casamento, etc.) (Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.7)

Deste modo, inúmeras ações para melhorias nos planos urbanísticos foram desenvolvidas, sobretudo, na esfera do saneamento básico. Esta questão, historicamente presente na cidade do Rio de Janeiro, foi extremamente problematizada pela própria Fundação, pois para ela, as precariedades se caracterizavam como um verdadeiro entrave para a humanização e desenvolvimento das favelas, além do fato de que articulavam desde dimensões estéticas, funcionais e, principalmente, questões relacionadas à saúde. Segundo a própria Fundação Leão XIII:

A falta permanente de água, e a falta de escoamento apropriado para as águas pluviais, e os despejos domésticos de toda espécie, criam em torno das casas uma situação verdadeiramente insuportável e, na favela, um ambiente pestilencial difícil de ser descrito (Morros e Favelas – Como trabalha a Fundação Leão XIII: Notas e relatórios de 1947 a 1954. 1955, p.25)

Contudo, A Fundação Leão XIII além de promover a melhoria nas condições sociais e de intervir sobre as ações comunistas no interior das favelas por meio de suas políticas assistenciais, possuía o papel de impedir o crescimento desordenado, ou seja, a expansão física dos morros e favelas. Para isto, houve uma determinação imposta junto aos moradores das favelas, onde toda e qualquer modificação ou reparos nas habitações deveriam previamente ser comunicados à Fundação Leão XIII, que daria a permissão de qualquer tipo de reformas nos barracos existentes e, caso houvesse uma desobediência por parte do morador infrator, ocorreriam inclusive punições sobre a obra e ao próprio morador. Essas ações foram alvos da análise no relatório SAGMACS, que, diretamente em contato com as populações dos morros e favelas, identificou esta postura autoritária e retrógrada, visto que toda e qualquer melhoria estaria unidirecionalmente centralizada nas mãos da Fundação Leão XIII. Conforme depreende-se do relatório, essa postura desestimulava as ações individuais dos próprios moradores em relação às melhorias infra-estruturais de suas habitações e, conseqüentemente, promovia a insatisfação dos moradores locais.

As autoridades desejam que as favelas melhorem, se urbanizem; ao mesmo tempo proíbem que os favelados melhorem seus barracos; e como a administração não possui recursos suficientes para a obra de tamanha envergadura tudo fica na mesma (Ibidem, p.23)

Desse modo, o conjunto de medidas da Fundação Leão XIII desdobrava-se de maneira extremamente complexa e, muitas vezes, contraditória. Suas práticas, ao mesmo tempo em que se

constituíram como um verdadeiro instrumento de controle e coerção nos espaços das favelas e sobre os seus moradores, ou seja, como mais um aparelho repressor do Estado, também proporcionava e garantia efetivamente melhorias nas condições sociais junto às favelas assistidas e ocupadas sócio-assistencialmente.

Considerações Finais

Com base neste conjunto de aspectos é possível apontar que as intencionalidades que desencadearam a criação da Fundação Leão XIII, mas principalmente, das atribuições de suas ações no interior das favelas — na perspectiva de um ordenamento sócio-territorial foram fundamentais para a compreensão das próprias lógicas que orientaram as políticas junto às favelas na cidade do Rio de Janeiro.

De fato, a Fundação Leão XIII, no período compreendido entre 1947 e 1962, sob a orientação e gestão da Igreja Católica — sobretudo nas figuras de Dom Jaime Barros de Câmara e Dom José Távora — prestou assistência a 33 favelas no Rio de Janeiro, por meio dos Centros de Ação Social, onde serviços de saúde, educação, alimentação, apoio jurídico e processos de urbanização e urbanidades se fizeram presentes.

Esses serviços, por um lado, promoveram melhorias e avanços significativos nas condições de vida das populações dos morros e favelas, antes abandonadas sócio-historicamente pela ausência de políticas públicas sociais de assistência. No entanto, concomitantemente às melhorias proporcionadas nestes territórios, funcionaram estrategicamente, sob os auspícios da Fundação, diversos dispositivos de anulação dos ativismos políticos e sociais libertários — como foi o caso dos Comitês Democráticos Populares e de outras formas de organização que floresciam no interior das favelas. Tais movimentos inseridos em uma política de ruptura política — por força de uma lógica proposta ou imposta pelo Partido Comunista do Brasil, dentre outros agentes — foram combatidos permanentemente no campo político.

Assim, a Fundação Leão XIII destacou-se político-espacialmente no cenário carioca, diante das articulações das próprias forças hegemônicas, que conteve algumas das favelas "mais perigosas do risco vermelho" e, ao mesmo tempo, da própria realidade cotidiana de milhares de pessoas na cidade do Rio de Janeiro.

Como consideração final, mesmo diante de todo um conjunto de transformações nos espaços das favelas e diante das condições adversas cotidianas, sejam elas materiais ou políticas, seus moradores jamais se calaram ou se imobilizaram no sentido mais amplo dos termos e exerceram bravamente a luta, importância e o direito ao espaço como lugar de sobrevivência

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO/Zahar, 1987.

ABREU, Maurício de Almeida. Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua Evolução. *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, Maio-agosto 2003.

ALVITO, Marcos (Org); ZALUAR, Alba (Org.). *Um século de Favelas*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CAMPOS, Andreilino. *Do quilombo à favela: A produção do “espaço criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1979.

MORROS E FAVELAS: COMO TRABALHA A FUNDAÇÃO LEÃO XIII – NOTAS E RELATÓRIOS DE 1947 A 1954. Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1955.

PARISSE, Lucien. *Favelas do Rio de Janeiro: Evolução – Sentido*. Caderno do CENPHA nº5. 1ª ed. Rio de Janeiro: Margio gráfica, 1969.

PERLMAN, Janice. *O mito da marginalidade: favelas e políticas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Editora paz e terra. 2002.

PRESTES, Luis Carlos. *Problemas atuais da democracia*. Rio de Janeiro-vitória, s/d. (*Organizar o Povo Para a Democracia- Discurso proferido no dia 15 de julho de 1945*).

SAGMACS. *Aspectos humanos da favela carioca: Estudo sócio-econômico*. São Paulo: O estado de São Paulo, 1960.

VALLA, Victor (Org.). *Educação e Favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940 – 1985*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A Gênese da favela carioca: a produção anterior às ciências sociais*. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n.44, outubro. 2000.

FONTES

A TRIBUNA POPULAR, 1945-1946.

O GLOBO, 1947.